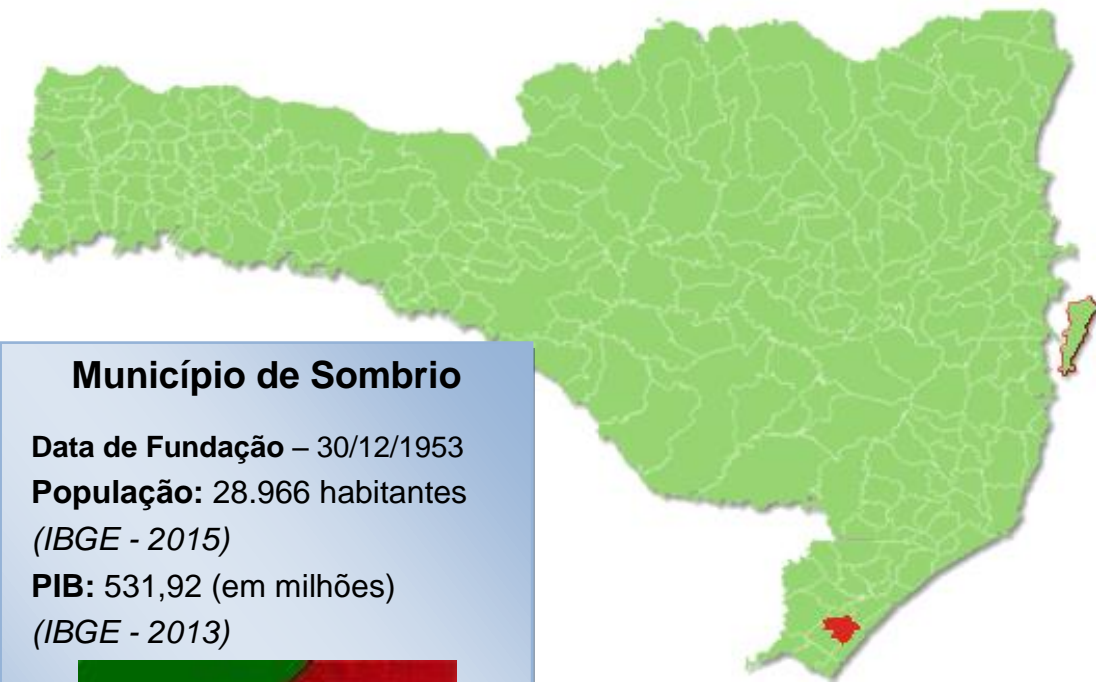


TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2015



### Município de Sombrio

**Data de Fundação** – 30/12/1953

**População:** 28.966 habitantes  
(IBGE - 2015)

**PIB:** 531,92 (em milhões)  
(IBGE - 2013)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL .....	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1844/2016).....	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	18
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	19
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	20
3.2. Análise do resultado orçamentário.....	21
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias.....	22
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	28
4.1. Situação Patrimonial .....	29
4.2. Análise do resultado financeiro .....	29
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	30
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	32
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	35
5.1. Saúde.....	35
5.2. Ensino .....	36
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	37
5.2.2. FUNDEB.....	38
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	41
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	41
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo.....	42
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	43
[...].	45
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo.....	45
6. CONSELHOS MUNICIPAIS.....	46
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	46
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS).....	48
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	51

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	51
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	52
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	53
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010 .....	53
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	57
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015 .....	59
CONCLUSÃO .....	60
ANEXO .....	62
APÊNDICE .....	63

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 16/00117101</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Sombrio</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Zenio Cardoso - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2015 - Reinstrução
<b>RELATÓRIO N°</b>	3023/2016

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Sombrio, relativas ao exercício de 2015.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2015 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Sombrio, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 10/11/2016 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2015 do Município, foi emitido o Relatório nº **1.844/2016**, integrante do Processo **PCP 16/00117101**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Conselheiro Relator, que decidiu devolvê-lo à DMU para que esta o encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Zenio Cardoso - Prefeito Municipal, no sentido deste último manifestar-se sobre as restrições constantes dos itens **8.1.2** e **8.1.4**, ambas contidas no Relatório nº **1.844/2016** da DMU, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado por meio do Ofício TCE/DMU nº 15.646/2016, de 19/09/2016.

Apesar do Exmo. Conselheiro Relator, em seu Despacho de fl. 270, ter determinado que o Responsável se manifestasse, nesta oportunidade, especificamente acerca das restrições contidas nos itens “**8.1.2 e 8.1.4**” do Capítulo 8 - Restrições Apuradas do supracitado Relatório, no entanto, serão analisadas por esta Instrução todas as restrições, visto que o Responsável se manifestou, além das restrições de itens 8.1.2 e 8.1.4, também sobre as demais.

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, por intermédio do Ofício s/nº, datado de 27/09/2016, apresentou alegações de defesa (assim como remeteu documentos) sobre as restrições contidas no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 274 a 295 dos autos.

Assim, retornaram os autos do processo em pauta a esta Diretoria para a devida reinstrução.

## 1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 1844/2016)

### 1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.2.1.1 Despesas de Pessoal de competência do exercício em exame, no valor de **R\$ 78.473,33**, empenhadas no elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 04/05/2001 (fls. 193 e 195 e item 8.1.1).

(Relatório nº 1844/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

Manifestação do Responsável e Documentos às fls. 274 a 295 dos autos.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

Em suas argumentações de defesa o audienciado afirma que as Despesas de Pessoal em comento tratam-se de despesas de exercícios anteriores, mais especificamente explica que elas se referem à valores pagos a menor aos servidores no mês de dezembro/2014, com os respectivos encargos sociais incidentes.

Segundo o mesmo, estas despesas estão corretas, o que faltou foi alterar o histórico dos empenhos para se registrar da forma certa o fato, vez que permaneceu o histórico padrão gerado pelo sistema. Inclusive, o responsável em questão, informou que o empenhamento das despesas de pessoal e encargos é efetuado por integração com o sistema que gerencia a folha de pagamento dos servidores.

Dito isto, por fim, o audienciado alega que referidas despesas atendem o disposto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Não obstante as alegações de defesa do audienciado, importante ressaltar que, embora o mesmo tenha explicado o porquê de ter classificado as despesas de pessoal em análise, como sendo despesas de exercícios anteriores (elemento 92), ele não comprovou e/ou corroborou de forma alguma, referido argumento. Em outras palavras, não apresentou nenhum documento, arquivo, ou confirmação semelhante, que comprove referida alegação, com isso permanece a restrição em análise.

1.2.1.2 Deficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 5.961.064,51**, representando **9,66%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superavit financeiro do exercício anterior - **R\$ 1.960.830,79** (itens 3.1 e 8.1.2).

(Relatório nº 1844/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

Manifestação do Responsável e Documentos às fls. 274 a 295 dos autos.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

Primeiramente, cabe aqui esclarecer que a presente restrição e a próxima (1.2.1.2 e 1.2.1.3) serão analisadas conjuntamente, visto que assim o fez o audienciado e também pelo fato de serem correlatas.

Em atenção às restrições supracitadas, o audienciado alega que a primeira e decisiva causa a contribuir com os deficits **financeiro e orçamentário** do exercício de 2015, foi a notória e significativa queda na arrecadação municipal, mais precisamente o baixo desempenho na arrecadação por parte do município de Sombrio, principalmente quanto aos recursos provenientes das transferências federais e estaduais.

Inicialmente, cabe dizer que é de senso comum a crise financeira e econômica que atinge o país, conforme informações veiculadas nos meios de comunicação. Contudo, o simples fato de alegar a ocorrência de redução dos repasses constitucionais da União e do Estado e a queda da arrecadação dos tributos municipais não é suficiente para redimir e/ou eliminar o problema dos deficits financeiro e orçamentário.

É de suma importância que seja demonstrado, por parte dos responsáveis pelos gastos municipais, o esforço para reduzir-se as despesas em igual ou maior proporção em comparação à frustação de receita.

Para subsidiar a presente análise, esta Diretoria de Controle dos Municípios – DMU, solicitou a Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais – DPE, deste Tribunal de Contas,

estudo acerca do assunto em tela, cujo resultado consta do Memorando n.º 089/2016 e planilhas de cálculos juntadas aos autos às fls. 328 a 341.

Das informações trazidas pela DPE/TCE pode-se concluir que em geral (sem a exclusão dos Regimes Próprios de Previdência e Assistência à Saúde do Servidor), considerando apenas os dados de 2015 em comparação a 2014, houve queda de receita da ordem de **6,0%**, enquanto que a despesa teve uma queda de apenas **3,4%**. Registre-se que foi utilizado como fator de atualização para 2015 a variação do IPCA.

Especificamente no caso do Município de Sombrio, a variação real (valores atualizados pelo IPCA do período) tem-se a seguinte situação:

CRITÉRIO	2014/2015
Receita Total	Diminuição de 6,9%
Despesa Total	Aumento de 3,8%

Fonte: Estudo da DPE/TCE-SC, fls. 328 a 341.

Portanto, analisando-se o exercício de 2015 em comparação ao ano anterior (2014), constata-se que houve uma diminuição das receitas totais da ordem de 6,9%. Todavia, ocorreu um aumento das despesas totais de 3,8%, o que revela a falta de cuidado para com o equilíbrio das contas públicas.

Diante do acima exposto, não procedem os argumentos apresentados pelo Responsável, uma vez que ficou evidenciado o descumprimento do artigo 9º da LRF, o qual define a limitação de empenhos quando da não realização das metas de arrecadação.

Dando prosseguimento, o responsável afirma que contribuiu também com os deficits **financeiro** e **orçamentário** do exercício de 2015, as despesas realizadas por intermédio de Transferências Voluntárias vinculadas a convênios e contratos de repasse com cláusula contratual garantindo a transferência dos recursos após o cumprimento de determinadas etapas do contrato, cuja liberação de recursos, segundo o mesmo, não ocorreu até o final do exercício de 2015.

O audienciado informou que o montante de **R\$ 1.402.736,73** foi registrado como Direitos a Receber no Ativo, cujo valor refere-se à:

a) Termo de Compromisso nº TC/PAC 782/09 – FUNASA,



com saldo remanescente do exercício de 2014 na ordem de **R\$ 131.795,30**;

b) Contrato de Repasse PAR nº 32886 – FNDE na quantia de **R\$ 1.031.190,62**; e

c) Contrato de Repasse PAR nº 208351 – FNDE na importância de **R\$ 239.750,81**.

De acordo com ele, somando-se os valores descritos acima tem-se o total de **R\$ 1.402.736,73** o qual já foi arrecadado no exercício de 2016 e baixado do Ativo, com isso o audienciado afirma que o saldo remanescente e efetivo do deficit orçamentário resta em **R\$ 2.597.496,99**, considerando-se também o superávit financeiro do exercício anterior.

Destaca-se que esse Corpo Técnico, verificou no Sistema e-Sfinge e corroborou que, conforme dito pelo audienciado, o montante de **R\$ 1.402.736,73** foi baixado da Conta Contábil 1.1.3.8.1.99.00 – Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo.

Quanto ao fato do audienciado alegar que contribuiu também para os deficits **financeiro** e **orçamentário** do exercício de 2015, as despesas realizadas por conta de recursos de Transferências Voluntárias vinculadas a convênios e contratos de repasse com cláusula contratual garantindo a transferência dos recursos após o cumprimento de determinadas etapas do contrato, cuja liberação, segundo o mesmo, não ocorreu até o final do exercício de 2015, cabe algumas análises, conforme descrito a seguir.

1) Relativo ao Termo de Compromisso nº TC/PAC 782/09 – FUNASA (fls. 280 a 282) com saldo remanescente de 2014 no montante de **R\$ 131.795,30**, conforme dito pelo responsável, torna-se importante salientar que este valor em nada contribuiu para o deficit **orçamentário** do exercício de 2015, visto que não existem restos a pagar inscritos no exercício de 2015 pendentes de pagamento. Concernente ao Termo de Compromisso em pauta, houve empenhamento, no exercício de 2015, na ordem de R\$ 57.500,00, (NE 1402), todavia este valor foi totalmente pago durante o mencionado exercício (fl. 298 dos autos), não cabendo ressalva a respeito.

Destaca-se que, de acordo com o documento apostado aos autos à fl. 300, o valor total do Termo de Compromisso nº TC/PAC 0782/09 é de R\$ 3.658.114,38, cujo objeto é o Sistema de Esgotamento Sanitário para atender o Município

de Sombrio/SC, no programa de aceleração do crescimento – PAC/2009. Cabe mencionar, que deste supracitado montante, até 18/02/2016 foi liberada a importância de R\$ 2.561.914,38, ficando um saldo a receber de R\$ 1.096.200,00, podendo-se inferir, portanto, que o Município em análise tinha direito a receber recursos, no exercício de 2015, fins cobrir as obrigações financeiras decorrentes do citado Termo.

Além disso, importa destacar a existência de saldo financeiro registrado em 31/12/2015 na conta bancária do Banco do Brasil – FUNASA ESG. SANITARIO na Fonte de Recurso 34 no valor de R\$ 4.595,58 e na FR 89 na importância de R\$ 27.848,76. Contudo, nesta última quantia, desconta-se o montante de R\$ 23.000,00, inerente à recursos transferidos da conta bancária nº 289261-8 Alienação de Bens – FR 0.3.89, restando a cifra de R\$ 4.848,76 (fls. 310, 312 e 314 dos autos).

Baseado no descrito no parágrafo anterior, tem-se um saldo financeiro de recursos referentes ao Termo de Compromisso em comento na ordem de R\$ 9.444,34 (R\$ 4.595,58 + R\$ 4.848,76).

Isso posto, no que tange ao deficit **financeiro**, considerando-se a existência de Restos a Pagar Processados, mais especificamente no valor de R\$ 45.604,86 relativo a NE nº 3557 do exercício de 2012 e R\$ 28.690,44 alusivo a NE nº 1080 do exercício de 2013, perfazendo o total de R\$ 74.295,30 (fls. 302 e 304), e levando-se em conta a existência de saldo financeiro no valor de R\$ 9.444,34, cabe registrar a existência no exercício em exame, de Restos a Pagar de exercícios anteriores sem cobertura financeira no montante de R\$ 64.850,96 (R\$ 74.295,30 – R\$ 9.444,34), proveniente de recursos de convênio a receber.

2) Concernente ao Termo de Compromisso PAR nº 32886/2014 – FNDE (fls. 283 a 286), na quantia de R\$ 1.031.190,62, conforme dito pelo responsável, torna-se importante salientar que o montante que contribuiu para os deficits **orçamentário e financeiro** do exercício de 2015, importou em **R\$ 1.031.127,44**, sendo a grandeza de R\$ 1.000.851,17 referente aos restos a pagar inscritos no exercício de 2015 pendentes de pagamento e o restante, R\$ 30.339,45 – constitui monta relativa à retenção a pagar do ISS (fls. 316 e 317 dos autos).

Da soma destes dois valores, desconta-se o saldo financeiro de R\$ 63,18 existente em 31/12/2015 na Conta Bancária

000101410928221-9 0137000000, referente à arrecadação de receita (fl. 306 dos autos).

Diante de todo o acima exposto, depreende-se que cabe ressalva nos deficits orçamentário e financeiro sobre a cifra de **R\$ 1.031.127,44**, que se refere ao valor que ficou sem cobertura financeira em razão do não respectivo ingresso dos recursos do convênio em pauta, no exercício em análise.

3) Quanto ao Termo de Compromisso PAC 208351/2014 – FNDE (fls. 287 a 291), no montante de R\$ 239.750,81, de acordo com o afirmado pelo audienciado, cabe registrar que o valor que contribuiu para os deficits **orçamentário e financeiro** do exercício de 2015, totalizou **R\$ 239.750,81**, sendo a quantia de R\$ 234.433,41 referente aos restos a pagar inscritos no exercício de 2015 pendentes de pagamento e o restante, R\$ 5.317,40 – constitui a monta de retenção a pagar do ISS.

Cabe detalhar que, conforme dito anteriormente, o valor de R\$ 239.750,81 é constituído pelos Restos a Pagar Processados (R\$ 183.998,91) e os Restos a Pagar Não Processados (R\$ 50.434,50), ambos inerentes a NE nº 1006 do exercício de 2015, a qual por sua vez, trata-se de um reempenho da NE nº 2570/2014, mais a importância de R\$ 5.317,40 de retenção a pagar de ISS (fls. 319/320).

Ressalta-se que referente ao Termo de Compromisso em análise (PAC 208351/2014 - FNDE), no decorrer dos exercícios de 2014/2015 foram empenhados recursos no montante de R\$ 509.778,25; desse total liquidou-se R\$ 459.343,75 e pagou-se R\$ 270.027,44, ficando Restos a Pagar inscritos no exercício de 2015 no valor de R\$ 234.433,41, conforme explicado anteriormente nesse relatório. Deveras importante salientar que o total pago (R\$ 270.027,44) corresponde exatamente ao valor da receita arrecadada nos exercícios de 2014 e 2015, ou seja, não ficou saldo financeiro em 31/12/2015, proveniente do Termo em comento, na conta bancária nº 27607-3 (fls. 322, 324 e 326).

Dessa forma, para o convênio em questão cabe ressalva nos deficits orçamentário e financeiro sobre o valor de **R\$ 239.750,81** (R\$ 234.433,41 + R\$ 5.317,40), que ficou sem cobertura financeira em razão de recurso de convênio que não ingressou no exercício de 2015.

Dando continuidade, o audienciado reforça que a principal causa do deficit **orçamentário** tem origem na notória e

significativa queda na arrecadação municipal no decorrer do exercício de 2015. Afirma ainda que não há como conter gastos e ajustar despesas de forma imediata e eficaz de modo a equilibrar a execução orçamentária no mesmo exercício, haja vista os gastos obrigatórios com pessoal, encargos sociais, amortização e encargos da dívida e outros. Também diz que não há como reduzir gastos com educação e saúde, coleta de lixo e outros serviços essenciais, sem a descontinuidade destes.

Na sequência, alega que a adequação das despesas à nova realidade de arrecadação de receitas demanda tempo e planejamento, de modo a absorver o déficit orçamentário em comento nos exercícios seguintes.

Sobre esses últimos pontos levantados pelo audienciado, cabe dizer que não constitui verdade absoluta a afirmação de que não se podem conter gastos com despesas de pessoal e afins, visto que, um simples enxugamento da máquina pública, com o corte de servidores comissionados, por exemplo, representa uma maneira eficaz e imediata capaz de reduzir gastos com a folha de pessoal.

No que tange aos serviços essenciais do município, como educação, saúde, coleta de lixo, etc., uma gestão administrativa moderna, com planejamento estratégico, otimização dos processos e a utilização da contabilidade de custos, constituem exemplos de ferramentas gerenciais que, comprovadamente, diminuem os desperdícios/perdas, o que por si só, diminui os gastos do município nestas respectivas áreas de atuação.

Outra informação que não possui resguardo, é a de que a adequação das despesas à nova realidade (diminuição da arrecadação municipal) demanda tempo e planejamento, de maneira que o déficit orçamentário seja absorvido nos exercícios seguintes. Como afirmado pelo próprio audienciado, é notória a diminuição da arrecadação municipal, dito isto, de imediato muitas ações devem ser desenvolvidas. É lógico, que algumas dessas ações só produzirão resultados a médio e longo prazo, mas outras a curto prazo. E, baseado nisso, quanto antes os gestores públicos tomarem providências, menores serão os prejuízos para o município e mais rápido será a adequação do mesmo ao novo cenário, principalmente no que concerne ao equilíbrio das contas públicas.

Registre-se que o audienciado não apresentou nenhum documento, nenhuma comprovação, de quais foram as ações tomadas pelo mesmo, buscando amenizar e/ou

eliminar os impactos negativos sobre o município de Sombrio, em virtude da notória e significativa diminuição na arrecadação de recursos públicos. Lembrando que, caso o mesmo apresentasse referida comprovação, essa não justificaria ressalva por parte deste Tribunal de Contas, mas sim demonstraria a sua reação/adequação frente ao cenário da frustração das receitas públicas.

Ante todo o exposto, mantém-se a presente restrição (1.2.1.2 – deficit orçamentário), bem como a seguinte (1.2.1.3 – deficit financeiro) com a ressalva para os convênios em questão nos resultados - orçamentário no montante de **R\$ 1.270.878,25** e financeiro na importância de **R\$ 1.335.729,21**.

- 1.2.1.3 Deficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 2.900.765,88**, resultante do deficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **4,70%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 61.708.688,31**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (itens 4.2 e 8.1.3).

(Relatório nº 1844/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

Manifestação do Responsável e Documentos às fls. 274 a 295 dos autos.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável asseverou que, considerando-se os créditos a receber de convênios, descritos algures neste relatório, no valor de **R\$ 1.402.736,73**, o deficit financeiro consolidado do Município importou em **R\$ 1.498.029,15**, correspondendo a **2,42%** da receita arrecadada pelo Município no exercício em exame.

O audienciado estabeleceu que ao deficit **financeiro** consolidado do Município ocorrido no exercício de 2015, cabem os mesmos esclarecimentos do item **1.2.1.2**, e que o mesmo deverá ser absorvido nos exercícios seguintes.

Registre-se que a presente restrição foi analisada juntamente com a restrição que a sucede (1.2.1.2),

remetendo-se as considerações técnicas efetuadas no citado item, de forma, que a restrição se mantém com a ressalva nos termos do item 1.2.1.2, deste Relatório.

- 1.2.1.4 Despesas com pessoal do Poder Executivo no valor de **R\$ 29.872.327,52**, representando **55,05%** da Receita Corrente Líquida (**R\$ 54.265.758,54**), quando o percentual legal máximo de **54,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 29.303.509,61**, configurando, portanto, gasto a maior de **R\$ 568.817,91** ou **1,05%**, em descumprimento ao artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000, ressalvado o disposto no artigo 23 da citada Lei (itens 5.3.2 e 8.1.4).

(Relatório nº 1844/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

Manifestação do Responsável e Documentos às fls. 274 a 295 dos autos.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

De acordo com o audienciado, o percentual excedente da despesa com pessoal do Poder Executivo foi totalmente eliminado no primeiro quadrimestre de 2016. Ele embasa essa afirmação com o relatório extraído do e-Sfinge, aposto aos autos à fl. 293, o qual demonstra que o percentual dos gastos com pessoal do mencionado Poder restou em 51,36% da Receita Corrente Líquida - RCL, com isso cumprindo-se o disposto no art. 23 da LC nº 101/2000 – (LRF).

Em resposta a presente afirmação, primeiramente convém a transcrição da supracitada legislação (art. 23 da LC nº 101/2000 – LRF):

[...]

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

Importante salientar, que sem considerar os possíveis ajustes nas despesas de Pessoal quando da apreciação das Contas relativas ao exercício de 2016, que este Corpo Técnico analisou o relatório aposto pelo audienciado aos autos e também o verificou no Sistema e-Sfinge, corroborando a presente alegação de que o mesmo atendeu

o previsto na legislação vigente quanto ao prazo para eliminação do percentual excedente, com isso, tem-se que a presente situação foi regularizada no exercício de 2016, contudo mantém-se a restrição quanto ao exercício de 2015, vez que neste citado exercício, foi descumprido o limite máximo de 54% da RCL para os gastos com despesas de Pessoal do Poder Executivo.

- 1.2.1.5 Ausência de realização de despesas, no primeiro trimestre de 2015, com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 66.288,02**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (itens 5.2.2, limite 3 e 8.1.5).

(Relatório nº 1844/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

Manifestação do Responsável e Documentos às fls. 274 a 295 dos autos.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

Segundo o audienciado, não existia saldo disponível do FUNDEB ao final do exercício de 2014, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Saldo Ativo Financeiro	<b>R\$ 467.136,71</b>
(-) Restos a Pagar	R\$ 297.751,48
(-) Consignações	R\$ 169.385,23
Soma das exigibilidades	<b>R\$ 467.136,71</b>
= Saldo Disponível (superávit p/ 2015)	<b>R\$ 0,00</b>

Alegou também que tal situação está demonstrada no Relatório de Controle de Disponibilidade por Fonte de Recurso, extraído a partir do Sistema e-Sfinge, inclusive anexou aos autos à fl. 294, referido documento.

Por fim, afirma que não restou superavit do FUNDEB remanescente do exercício de 2014 para ser gasto até o primeiro trimestre de 2015.

Com relação a presente restrição, cabe informar que este Corpo Técnico pesquisou no Sistema e-Sfinge e verificou que os números apresentados pelo audienciado estão corretos. O que, por si só, comprova que não restou superavit do FUNDEB remanescente do exercício de 2014 para ser gasto até o primeiro trimestre de 2015. Com isso assiste razão ao audienciado, motivo pelo qual a presente restrição foi sanada.

- 1.2.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Quadro 20 e item 8.1.6).

(Relatório nº 1844/2016, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

**Manifestação da Unidade:**

Manifestação do Responsável e Documentos às fls. 274 a 295 dos autos.

**Considerações da Análise Técnica:**

Sobre a presente restrição, o audienciado traz à baila que conforme o Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010, constante no Relatório Técnico deste Tribunal de Contas, todos os itens foram cumpridos, com exceção do lançamento da receita.

Informa que até o exercício de 2015 o Município de Sombrio não vinha reconhecendo a receita lançada por competência através de registros contábeis, motivo pelo qual a informação não vinha sendo disponibilizada no portal da transparência.

No entanto, esclarece que a partir do exercício de 2016, o município passou a adotar este procedimento, onde o lançamento da receita passou a ser disponibilizado no portal da transparência, inclusive, o mesmo inseriu aos autos à fl. 295, o Relatório de Ingressos de Receitas, que possui a coluna “Receita Lançada”, o qual, segundo o mesmo, pode ser obtido no seguinte endereço da internet:



[http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01025-002/con\\_ingressosreceitas.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01025-002/con_ingressosreceitas.faces)

Por derradeiro, o audienciado pede que sejam consideradas as justificativas e os esclarecimentos apresentados, restando as supostas irregularidades inexistentes ou sanadas, de modo a resultar na emissão do Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas do exercício de 2015.

Em atenção à irregularidade em pauta, convém dizer que este Corpo Técnico, pesquisou no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Sombrio e não encontrou o Relatório de Ingressos de Receitas, com a discriminação igual à do documento apresentado pelo audienciado, constante à fl. 295 dos autos. Comprova esta afirmativa, o documento de fl. 308, o qual apresenta apenas os Campos da Rubrica, da Descrição da Receita, da Finalidade, do Valor Orçado e do Valor Arrecadado, não fazendo qualquer menção quanto ao lançamento da receita.

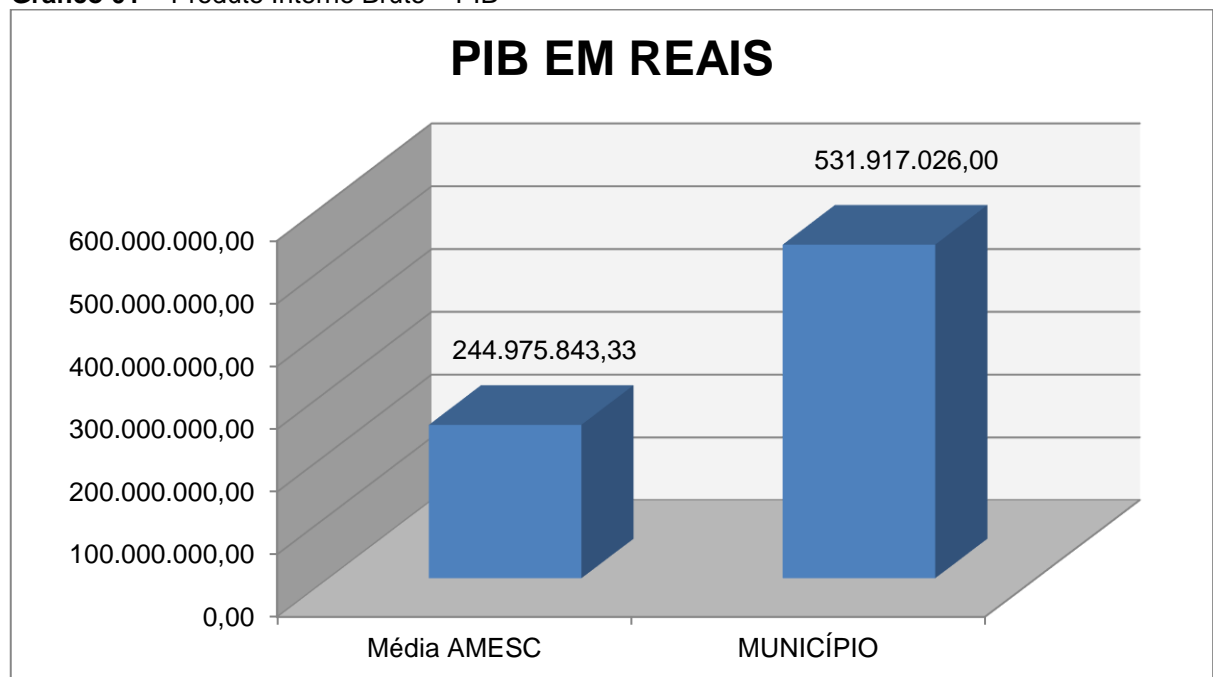
Salienta-se também que este Corpo Técnico tentou acessar o Relatório de Ingressos de Receitas citado pelo audienciado, por meio do endereço eletrônico informado pelo mesmo e não conseguiu encontrar o Relatório de Ingressos de Receitas, como discriminado no documento de fl. 295 dos autos do processo em tela. Pelo exposto, mantém-se a presente restrição.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2015 passam a apresentar os seguintes dados:

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Sombrio tem uma população estimada em 28.966<sup>1</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,73<sup>2</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 531.917.026,00<sup>3</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 18.856,29, considerando uma população estimada em 2013 de 28.209 habitantes.

**Gráfico 01** – Produto Interno Bruto – PIB



**Fonte:** IBGE – 2013

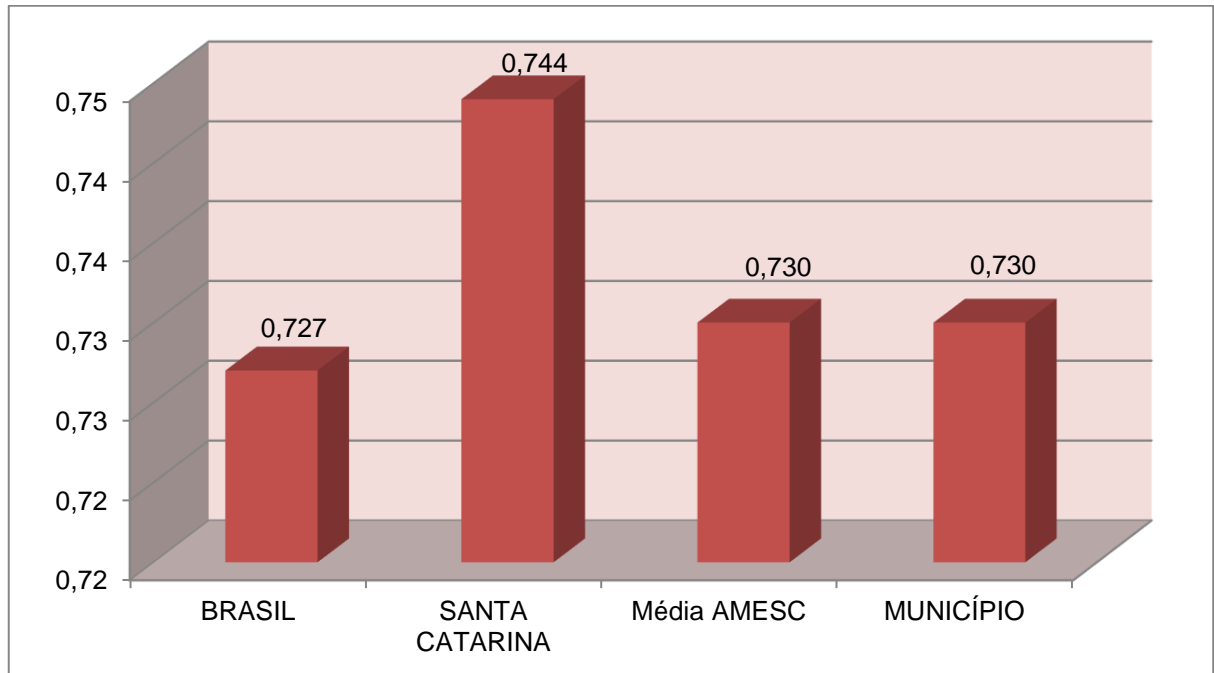
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Sombrio encontra-se na seguinte situação:

<sup>1</sup> IBGE - 2015

<sup>2</sup> PNUD - 2010

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2013

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01 – Leis Orçamentárias**

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA
PPA	2082/2013	29/07/2013	90.385.264,00
LDO	2174/2014	19/09/2014	DESPESA FIXADA
LOA	2189/2014	19/09/2014	90.385.264,00

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Deficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 5.961.064,51**, correspondendo a **9,66%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Deficit de R\$ 5.961.064,51, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Deficit de R\$ 4.622.471,01 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Deficit de R\$ 1.338.593,50.

**Ressalta-se que o Deficit em questão foi parcialmente absorvido pelo superavit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.960.830,79)**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Registra-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício em exame e Retenções a Pagar sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.270.878,25, em razão de recursos de convênios que não ingressaram em 2015.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02** – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2015

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	90.385.264,00	61.708.688,31	68,27
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	115.511.112,04	67.669.752,82	58,58
<b>Deficit de Execução Orçamentária</b>		<b>5.961.064,51</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Ressalta-se que a divergência no valor de R\$ 245,76, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -4.861.596,67) e o resultado da execução orçamentária – Deficit de (R\$ 5.961.064,51), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 1.099.713,60, refere-se a baixa de créditos a receber (precatórios).

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Sombrio nos últimos 5 anos:

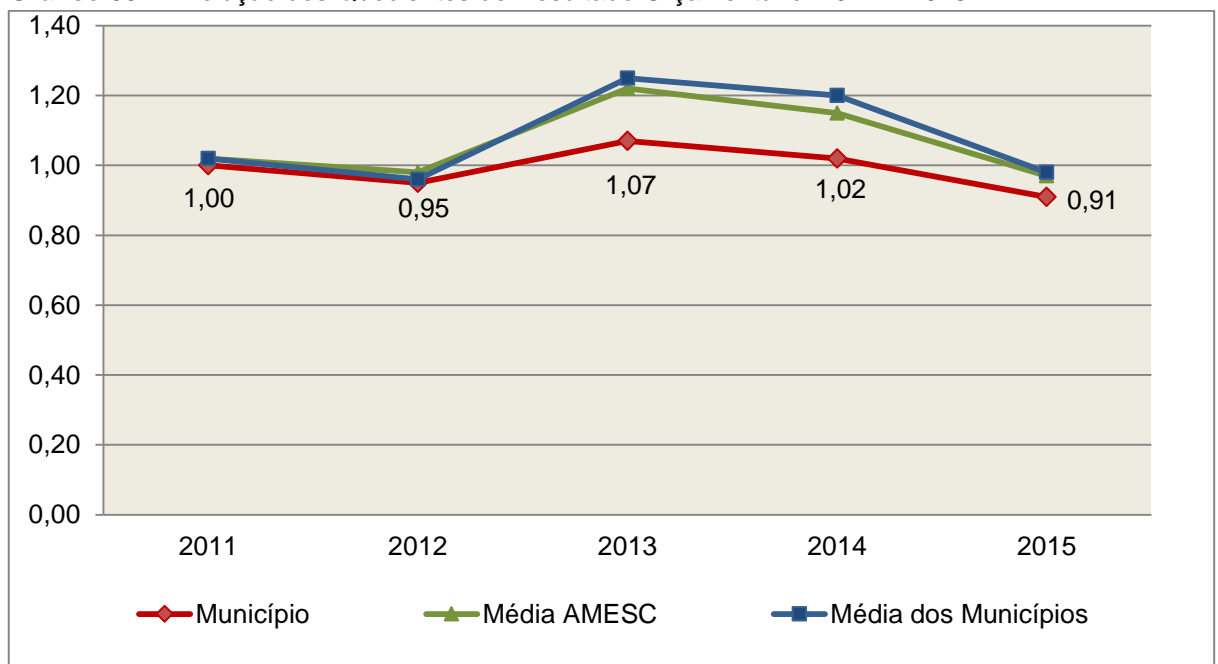
**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2011-2015

ITENS / ANO		2011	2012	2013	2014	2015
1	Receita realizada	39.481.899,42	51.885.721,73	49.948.588,97	59.866.349,04	61.708.688,31
2	Despesa executada	39.443.066,55	54.341.156,73	46.860.264,93	58.916.160,91	67.669.752,82
QUOCIENTE		2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Orçamentário (1 ÷ 2)		1,00	0,95	1,07	1,02	0,91

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 61.708.688,31**, equivalendo a **68,27%** da receita orçada.

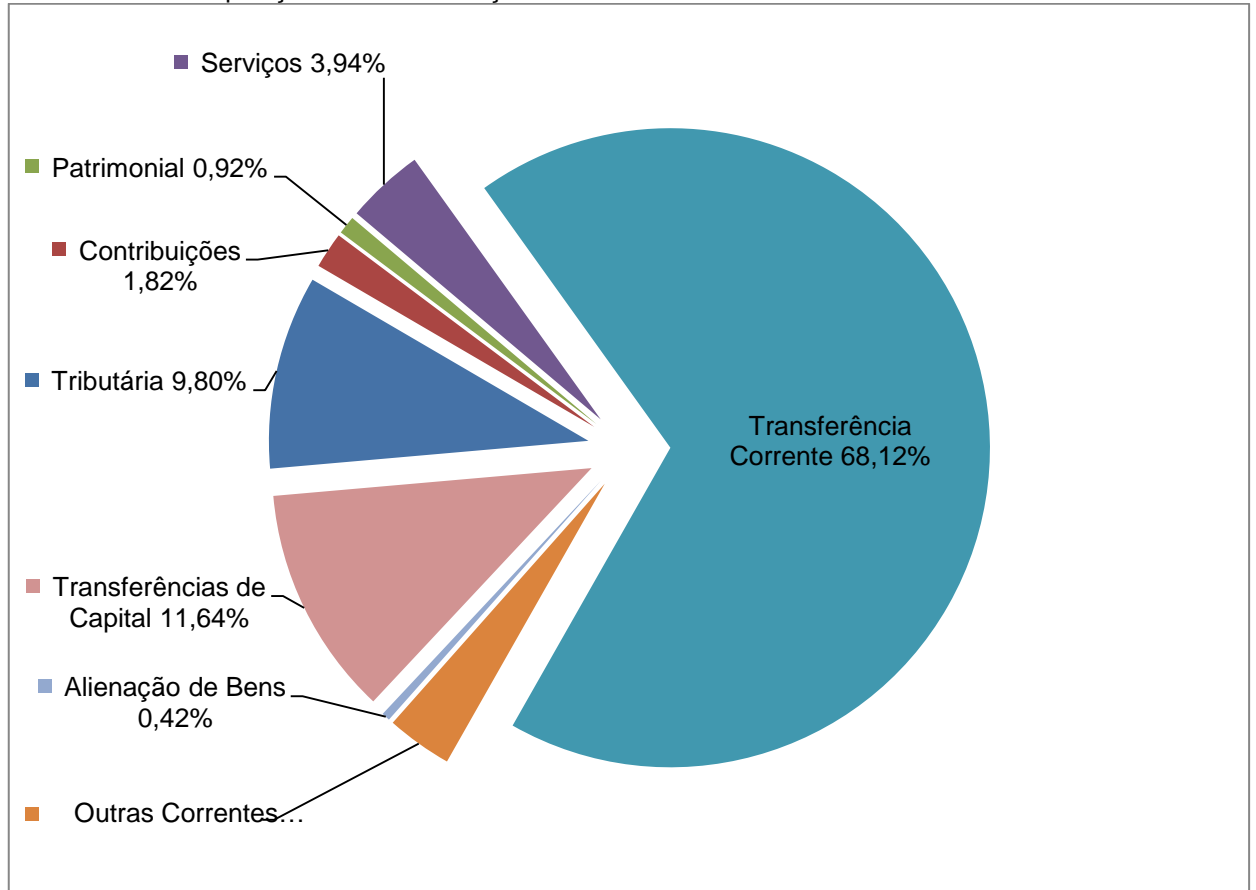
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2015

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	6.050.242,00	6.048.345,46	99,97
Receita de Contribuições	835.486,00	1.125.657,64	134,73
Receita Patrimonial	29.447,00	567.960,86	1.928,76
Receita de Serviços	2.101.025,00	2.432.504,28	115,78
Transferências Correntes	42.033.372,00	42.037.756,40	100,01
Outras Receitas Correntes	1.992.252,00	2.053.533,90	103,08
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>53.041.824,00</b>	<b>54.265.758,54</b>	<b>102,31</b>
Operações de Crédito	11.155.530,00	-	-
Alienação de Bens	-	261.500,00	-
Transferências de Capital	26.187.910,00	7.181.429,77	27,42
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>37.343.440,00</b>	<b>7.442.929,77</b>	<b>19,93</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>90.385.264,00</b>	<b>61.708.688,31</b>	<b>68,27</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04** – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2015

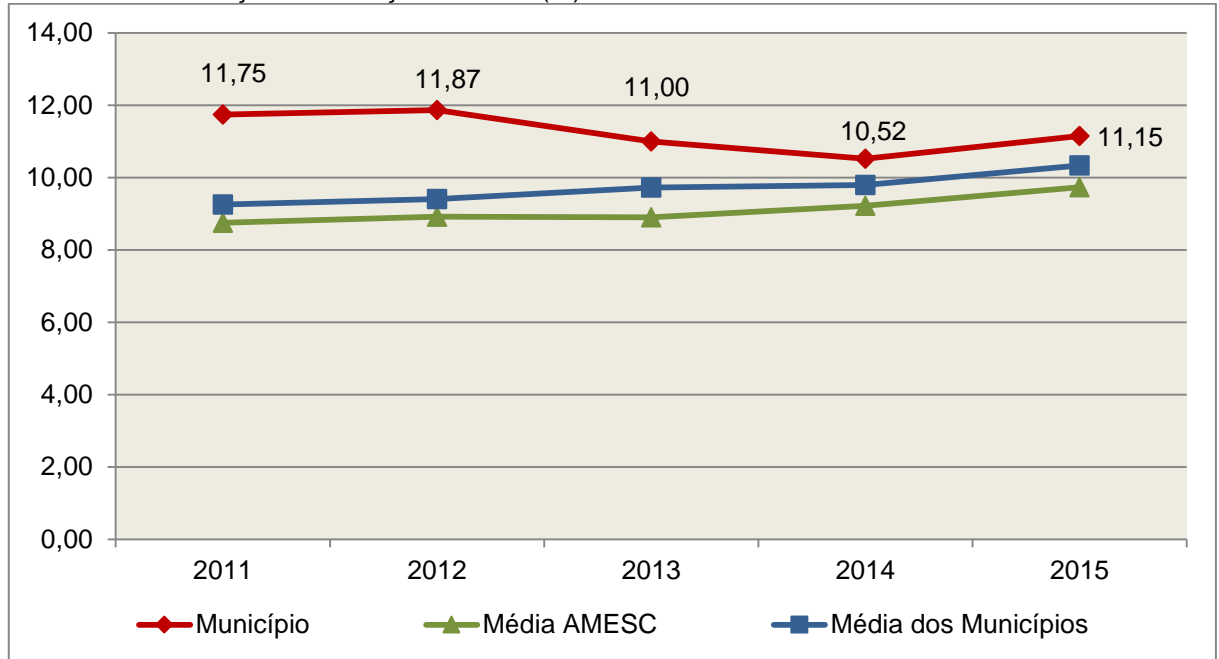


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **68,12%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2011 – 2015**

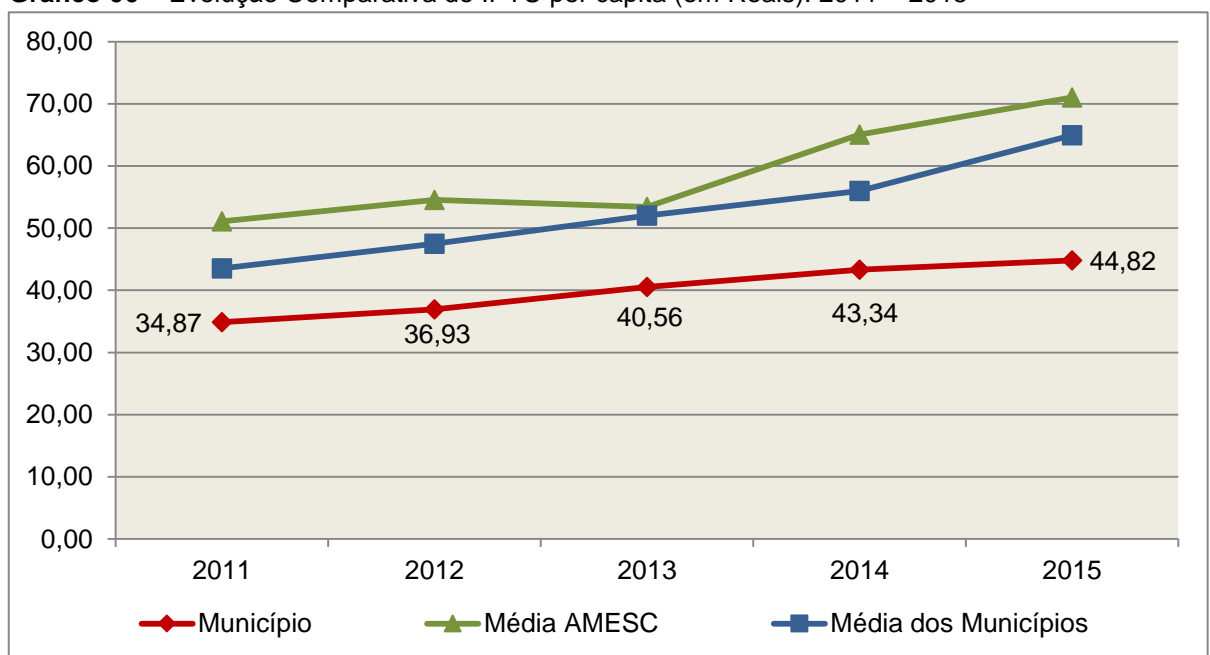


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2011 – 2015**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.



A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

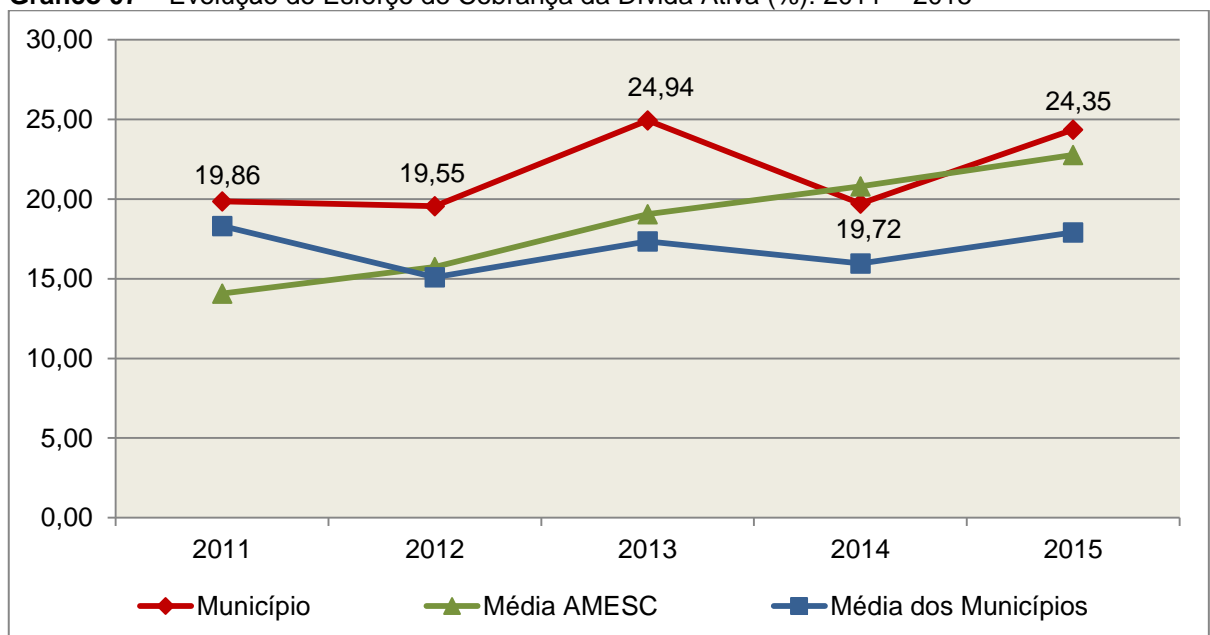
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2015

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
4.164.311,00	61.974.720,51	1.014.165,08	25.459.627,28	39.665.239,15

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	2.200.000,00	2.030.289,52	92,29
04-Administração	4.566.775,00	4.176.307,50	91,45
06-Segurança Pública	845.922,55	568.914,46	67,25
08-Assistência Social	2.473.755,15	1.911.803,25	77,28
10-Saúde	16.393.748,11	12.410.309,87	75,70
11-Trabalho	51.000,00	38.688,00	75,86
12-Educação	32.424.263,46	25.388.626,16	78,30
13-Cultura	639.450,00	441.670,63	69,07

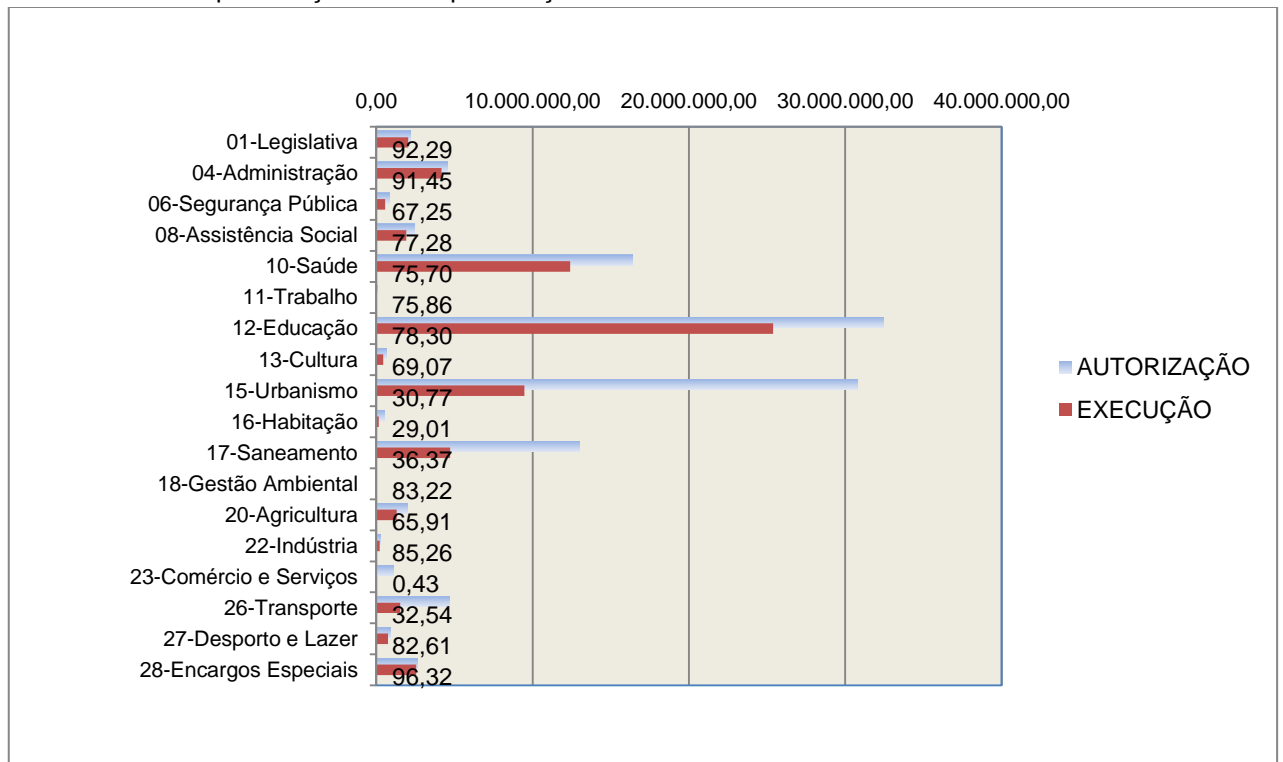
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
15-Urbanismo	30.788.330,90	9.473.752,03	30,77
16-Habitação	553.616,21	160.630,84	29,01
17-Saneamento	12.978.877,24	4.719.867,13	36,37
18-Gestão Ambiental	11.000,00	9.154,43	83,22
20-Agricultura	1.968.296,19	1.297.341,43	65,91
22-Indústria	246.500,00	210.177,74	85,26
23-Comércio e Serviços	1.119.425,00	4.849,08	0,43
26-Transporte	4.697.331,88	1.528.319,25	32,54
27-Desporto e Lazer	898.186,47	741.987,64	82,61
28-Encargos Especiais	2.654.633,88	2.557.063,86	96,32
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>115.511.112,04</b>	<b>67.669.752,82</b>	<b>58,58</b>

Fontes: <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2015



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2011 – 2015**

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
01-Legislativa	1.273.810,59	1.440.373,46	1.808.417,65	1.902.136,27	2.030.289,52
02-Judiciária	-	-	263.023,09	-	-
04-Administração	3.158.484,62	3.192.842,66	3.229.001,98	4.464.917,71	4.176.307,50
06-Segurança Pública	327.353,43	294.340,24	231.472,09	463.742,38	568.914,46
08-Assistência Social	1.218.783,50	1.401.920,78	1.243.729,77	1.722.134,67	1.911.803,25
10-Saúde	6.884.483,08	8.566.172,78	8.869.000,01	11.141.393,36	12.410.309,87
11-Trabalho	-	-	-	8.688,00	38.688,00
12-Educação	14.704.310,76	16.980.932,97	17.759.513,76	23.069.572,57	25.388.626,16
13-Cultura	319.820,77	1.261.569,62	256.577,76	1.304.181,79	441.670,63
15-Urbanismo	2.692.525,94	8.074.837,55	3.892.211,85	3.580.401,09	9.473.752,03
16-Habitação	-	542.845,48	656.120,37	251.411,03	160.630,84
17-Saneamento	2.969.763,85	5.105.576,68	2.553.378,88	3.224.308,34	4.719.867,13
18-Gestão Ambiental	19.311,60	1.712,00	18.825,74	2.170,62	9.154,43
20-Agricultura	1.067.839,22	652.661,40	670.621,17	1.119.543,88	1.297.341,43
22-Indústria	348.612,00	313.906,57	105.726,83	151.973,63	210.177,74
23-Comércio e Serviços	49.900,00	20.000,00	34.243,19	7.879,85	4.849,08
26-Transporte	1.564.808,35	2.239.802,35	1.451.192,42	2.123.026,60	1.528.319,25
27-Desporto e Lazer	380.742,87	400.876,24	494.699,70	770.248,15	741.987,64
28-Encargos Especiais	2.462.515,97	3.112.750,34	4.060.382,87	3.608.430,97	2.557.063,86
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>39.443.066,55</b>	<b>53.603.121,12</b>	<b>47.598.139,13</b>	<b>58.916.160,91</b>	<b>67.669.752,82</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2015**

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	1.298.320,21	4,08
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.677.136,37	5,27
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	1.082.652,19	3,40
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	589.360,43	1,85
Cota do ICMS	9.138.851,51	28,71

<b>RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%</b>
Cota-Parte do IPVA	2.680.351,30	8,42
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	143.548,80	0,45
Cota-Parte do FPM	13.746.284,70	43,19
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea "d" da C.F.	759.432,07	2,39
Cota do ITR	27.304,78	0,09
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	22.406,29	0,07
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	485.342,70	1,52
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	178.002,60	0,56
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)</b>	<b>31.828.993,95</b>	<b>100,00</b>
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea "d" da C.F.	759.432,07	
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)</b>	<b>31.069.561,88</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2015

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	59.418.429,57
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	5.152.671,03
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>54.265.758,54</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

## 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Sombrio (em Reais): 2015**

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.280.267,81</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.334.222,07</b>
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<b>3.757.628,22</b>	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.361.545,83
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	1.498.144,07	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	642.522,53
<u>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</u>	24.495,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.564.524,70
Títulos e valores mobiliários	24.495,52	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	12.910,60
		Demais Obrigações a Curto Prazo	752.718,41
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>40.283.484,20</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.850.553,90</b>
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	<b>5.384.738,91</b>	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	1.654.958,58
Créditos a Longo Prazo	5.384.738,91	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	3.195.595,32
Dívida Ativa Tributária	36.615.017,29		
Dívida Ativa Não Tributária	3.050.221,86		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-34.280.500,24		
<u>Imobilizado</u>	34.898.745,29	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.184.775,97</b>
Bens Móveis	12.937.150,86		
Bens Imóveis	21.961.594,43	<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>31.378.976,04</b>
		Patrimônio Social e Capital Social	22.508.863,83
		Resultados Acumulados	8.870.112,21
		Resultado do Exercício	8.533.334,14
		Resultado de Exercícios Anteriores	336.778,07
<b>TOTAL</b>	<b>45.563.752,01</b>	<b>TOTAL</b>	<b>45.563.752,01</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: Ressalta-se que a divergência, no valor de **R\$ 28.245,76**, entre o saldo do grupo Disponível do Balanço Patrimonial do exercício anterior – Anexo 14 (R\$ 8.299.107,44) e o saldo inicial do Balanço Financeiro do exercício atual – Anexo 13 (R\$ 8.327.353,20), refere-se ao Ativo Realizável do exercício de 2014, que no exercício de 2015 passou a integrar o Ativo Circulante.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Deficit Financeiro de **R\$ 2.900.765,88** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,76** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 4.861.596,67** passando de um Superavit de R\$ 1.960.830,79 para um Deficit de **R\$ 2.900.765,88**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Deficit de **R\$ 2.353.444,06**.

Registra-se a existência de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e no exercício em exame e Retenções a Pagar sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.335.729,21, em razão de recursos de convênios que não ingressaram em 2015.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2014 - 2015

<b>Grupo Patrimonial</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Varição</b>
Ativo Financeiro	8.327.353,20	3.841.266,87	-4.486.086,33
Passivo Financeiro	6.366.522,41	6.742.032,75	375.510,34
<b>Saldo Patrimonial Financeiro</b>	<b>1.960.830,79</b>	<b>-2.900.765,88</b>	<b>-4.861.596,67</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Ressalta-se que a divergência no valor de R\$ 245,76, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -4.861.596,67) e o resultado da execução orçamentária – Deficit de (R\$ 5.961.064,51), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 1.099.713,60, refere-se a baixa de créditos a receber (precatórios).

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2015, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente; e

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Sombrio, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 11 - A** – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>SUPERAVIT / DEFICIT</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	-288.030,38	<b>DEFICIT</b>
01 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	<b>SUPERAVIT</b>
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	<b>SUPERAVIT</b>
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	<b>SUPERAVIT</b>
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	<b>SUPERAVIT</b>
05 - Aporte para Cobertura de Deficit Atuarial ao RPPS	0,00	<b>SUPERAVIT</b>

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	SUPERAVIT / DEFICIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	89,26	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	20.761,96	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	45.246,73	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	67.848,41	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	23.181,09	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 0,00	37.521,00	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 37.521,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-159.141,76	DEFICIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	30.905,82	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	75.489,45	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	24.730,65	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	1.151,03	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	-1.025.618,14	DEFICIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	400.577,54	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	127,48	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	34.165,11	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	69.381,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	151.097,08	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	36.000,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	374.480,80	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
<b>TOTAL RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>-80.035,87</b>	
00 - Recursos Ordinários	-1.239.936,14	DEFICIT
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-778.804,07	DEFICIT
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-801.989,80	DEFICIT
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>-2.820.730,01</b>	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira



A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

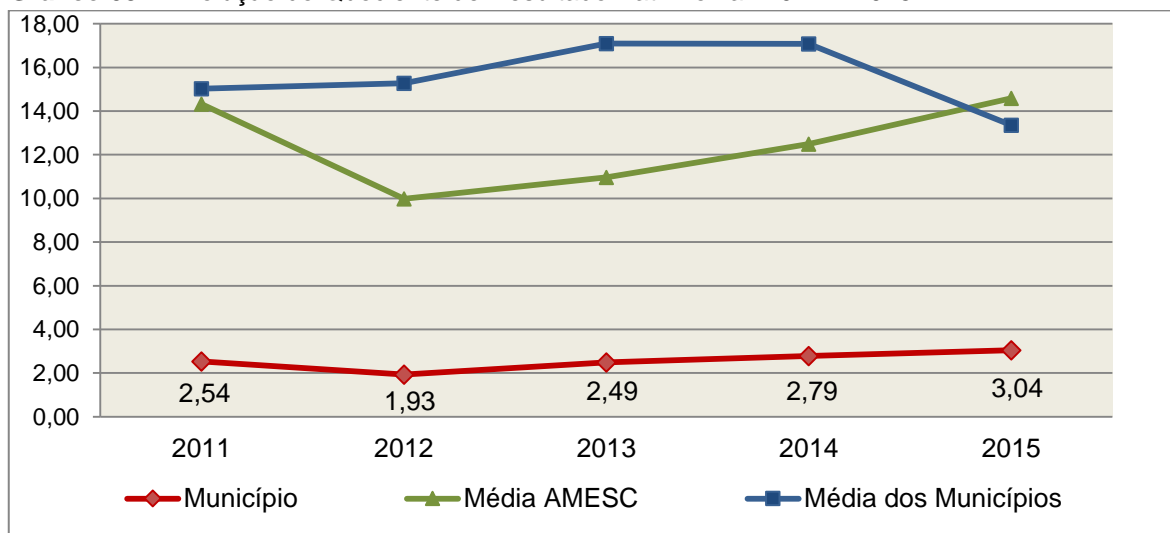
**Quadro 12** – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2011 – 2015

ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Despesa Executada	39.443.066,55	53.603.121,12	47.598.139,13	58.916.160,91	67.669.752,82
2 Restos a Pagar	2.072.155,91	3.739.157,51	3.587.818,58	5.817.640,91	5.989.314,34
3 Ativo Financeiro Ajustado	2.648.613,81	2.558.388,90	4.498.551,77	8.327.353,20	3.841.266,87
4 Passivo Financeiro Ajustado	2.412.890,54	4.770.659,90	3.607.323,81	6.366.522,41	6.742.032,75
5 Ativo Real	25.687.089,36	28.305.361,49	30.905.990,54	35.084.466,37	45.563.752,01
6 Passivo Real	10.121.151,25	14.670.744,85	12.436.164,86	12.575.602,54	14.985.561,00
QUOCIENTES	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Patrimonial (5 ÷ 6)	2,54	1,93	2,49	2,79	3,04
Situação Financeira (3 ÷ 4)	1,10	0,54	1,25	1,31	0,57
Restos a Pagar (2 ÷ 1) * 100	5,25	6,98	7,54	9,87	8,85

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real. Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente se apresentar inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2011 – 2015



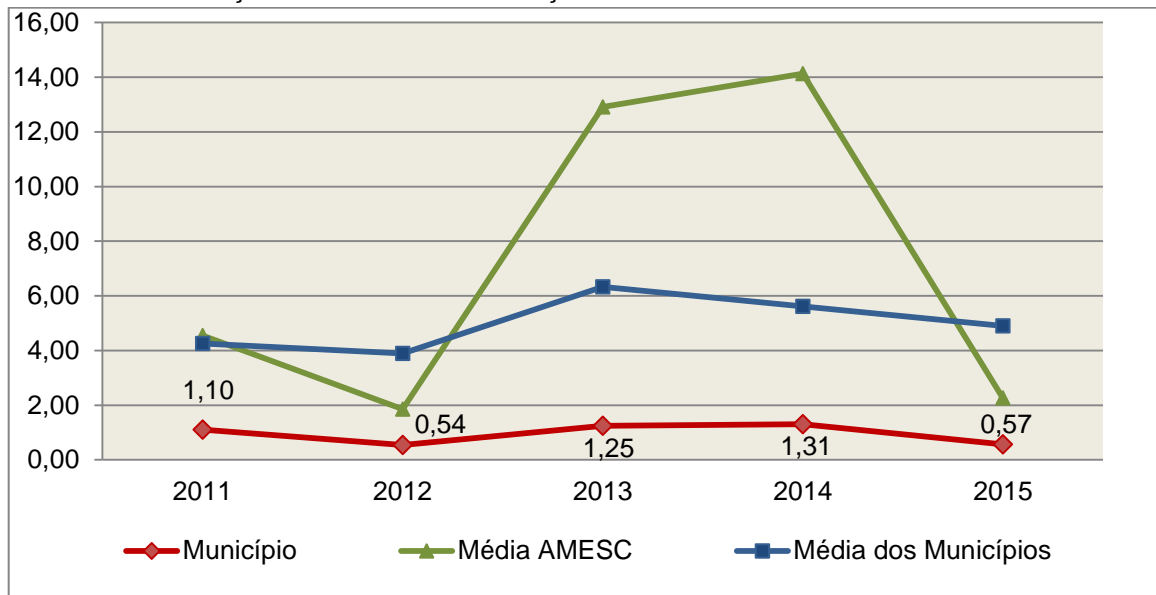
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2015 o Ativo Real apresenta-se **3,04** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

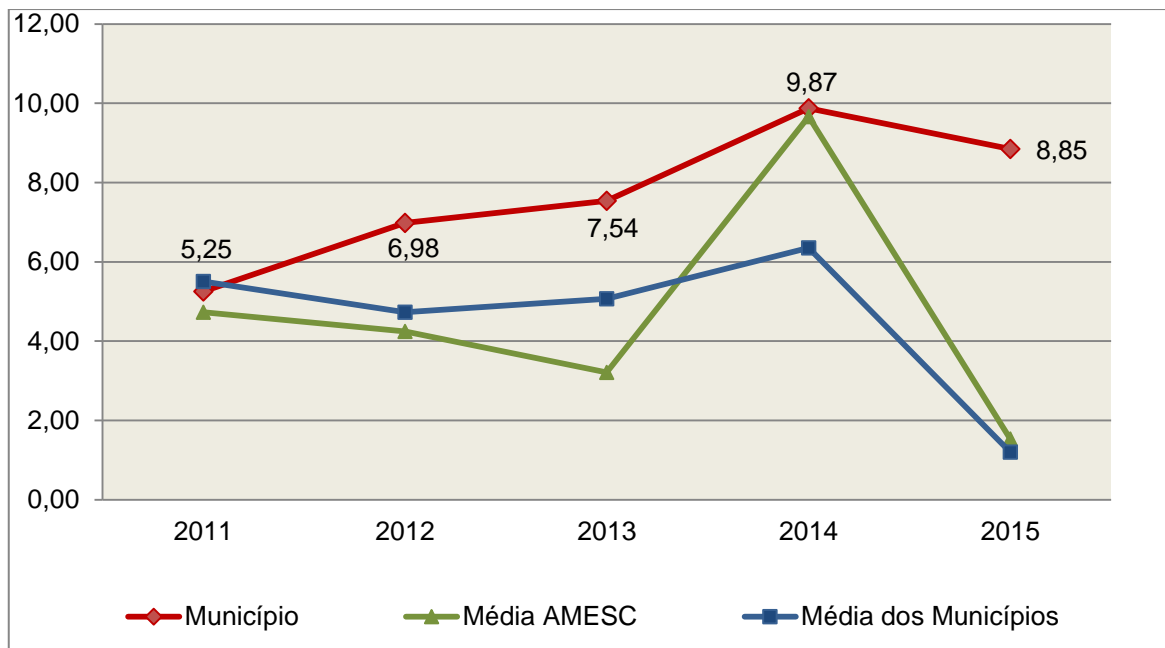
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se deficitária, sendo que no final do exercício de 2015 o Ativo Financeiro representa **0,57** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Sombrio é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **8,85%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2015 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 7.937.735,50** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **25,55%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 3.277.301,22**, representando **10,55%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2015

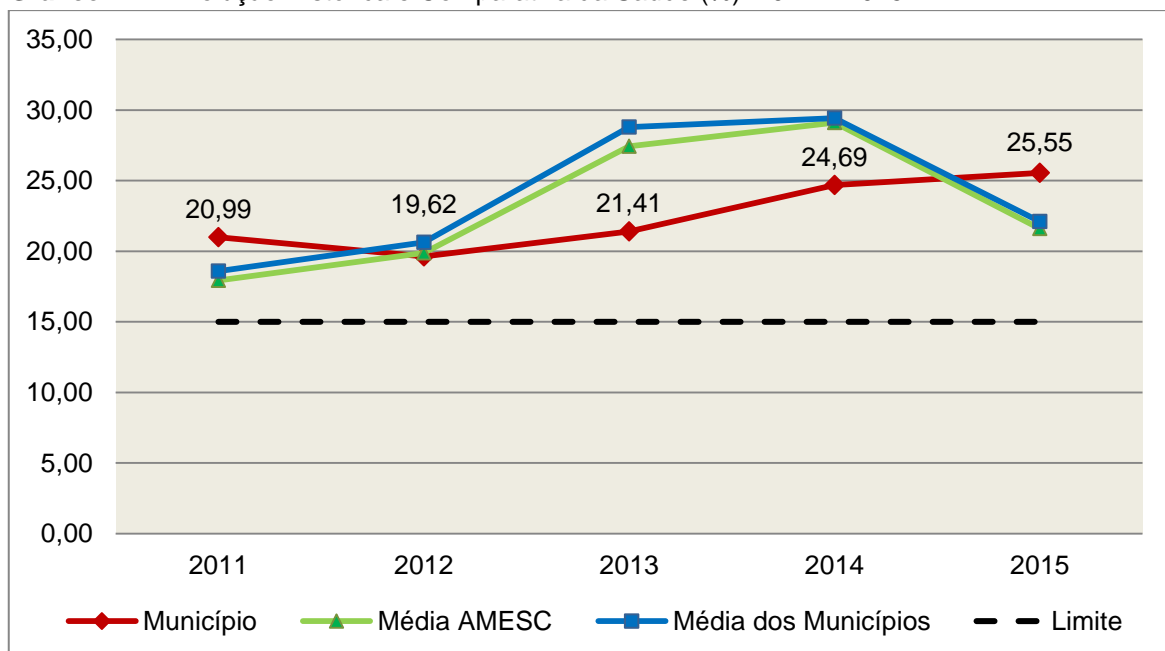
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>31.069.561,88</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.410.309,87	39,94
Atenção Básica	11.025.940,44	35,49
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	960.000,00	3,09
Vigilância Sanitária	229.688,94	0,74
Vigilância Epidemiológica	194.680,49	0,63
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	4.472.574,37	14,40
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>7.937.735,50</b>	<b>25,55</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	4.660.434,28	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>3.277.301,22</b>	<b>10,55</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Sombrio em 2015 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2015) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 9.391.532,56** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,51%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.434.284,07**, representando **4,51%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2015

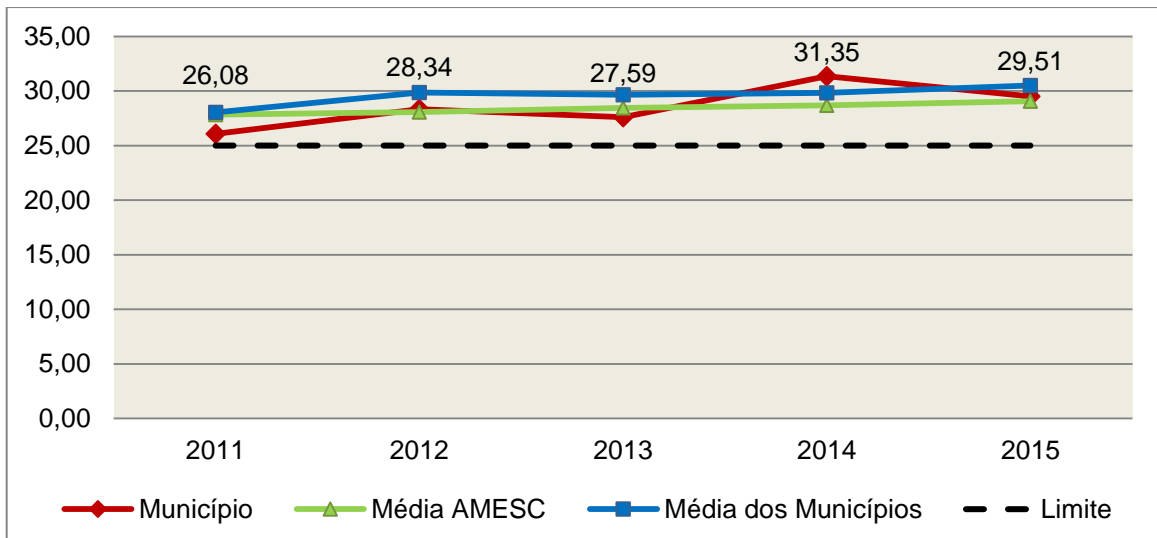
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>31.828.993,95</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>6.980.549,22</b>	<b>21,93</b>
Educação Infantil	6.980.549,22	21,93
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>16.230.284,78</b>	<b>50,99</b>
Ensino Fundamental	16.230.284,78	50,99
<b>Valor Aplicado em Administração ligada ao Ensino</b>	<b>571.394,37</b>	<b>1,80</b>
Administração ligada ao Ensino (12.122, 12.123 e 12.128)	571.394,37	0,02
<b>(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*</b>	<b>14.390.695,81</b>	<b>45,21</b>
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>9.391.532,56</b>	<b>29,51</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	7.957.248,49	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>1.434.284,07</b>	<b>4,51</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Sombrio em 2015 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 11.876.245,39**, equivalendo a **84,99%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

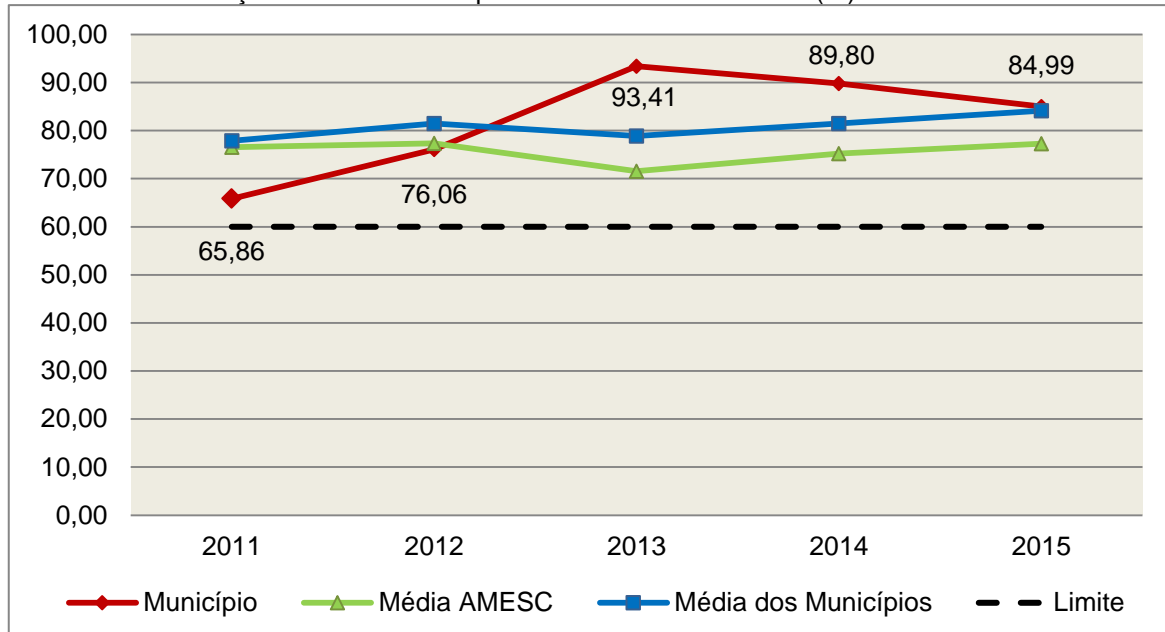
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	13.894.522,17
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	79.544,94
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>13.974.067,11</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	8.384.440,27
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	11.876.245,39
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>3.491.805,12</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 13.936.546,11**, equivalendo a **99,73%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16** – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2015

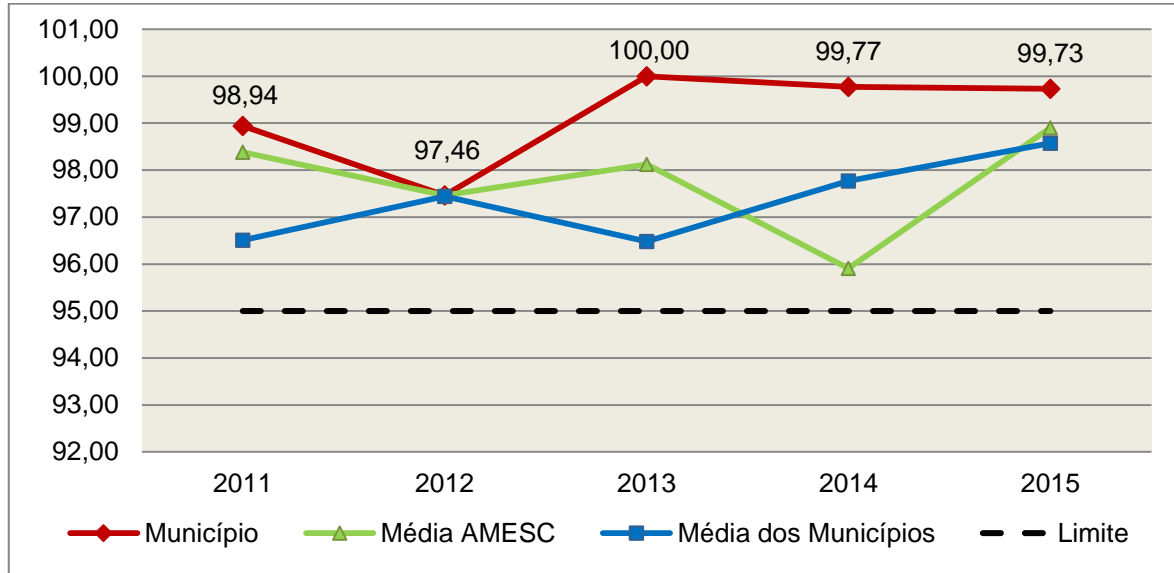
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>13.974.067,11</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	13.275.363,75
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB*	13.936.546,11
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>661.182,36</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Sombrio reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2014 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (conforme análise efetuada no item 1.2.1.5, deste Relatório).

**Superavit financeiro do FUNDEB em 31/12/2015:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16 - A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	235.732,13
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	198.211,13
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>37.521,00</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2015

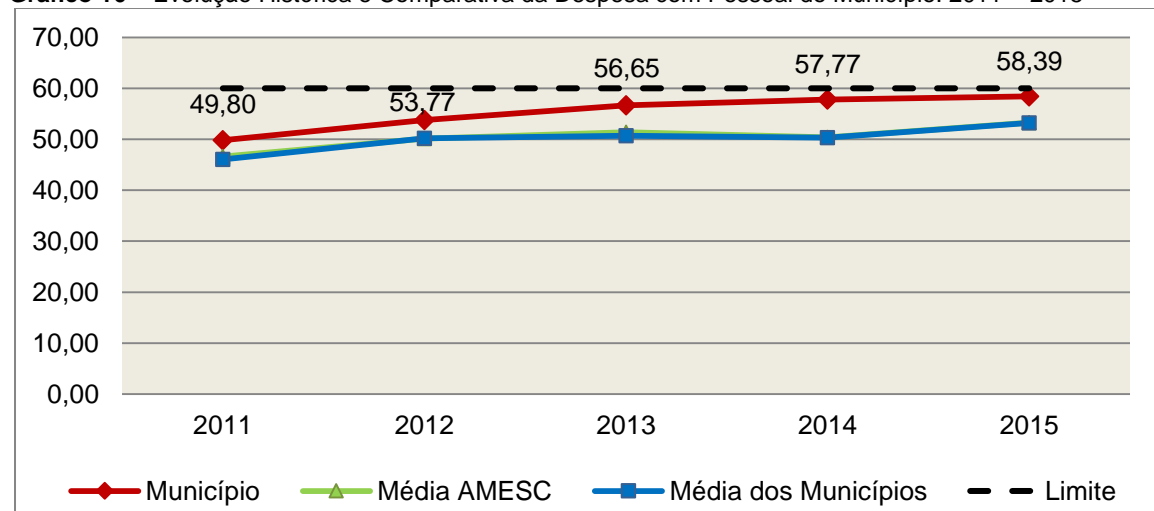
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>54.265.758,54</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	32.559.455,12	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	29.872.327,52	55,05
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.814.886,18	3,34
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>31.687.213,70</b>	<b>58,39</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	872.241,42	1,61

**Fonte:** Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **58,39%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000. O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Sombrio, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>54.265.758,54</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	29.303.509,61	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	30.533.241,75	56,27
Pessoal e Encargos*	30.454.768,42	56,12
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (fls. 193 e 195 dos autos)	78.473,33	0,14
<b>Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo**</b>	<b>660.914,23</b>	<b>1,22</b>
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>29.872.327,52</b>	<b>55,05</b>
Valor Acima do Limite (54%)	568.817,91	1,05

**Fonte:** \* Sistema e-Sfinge/<sup>4</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

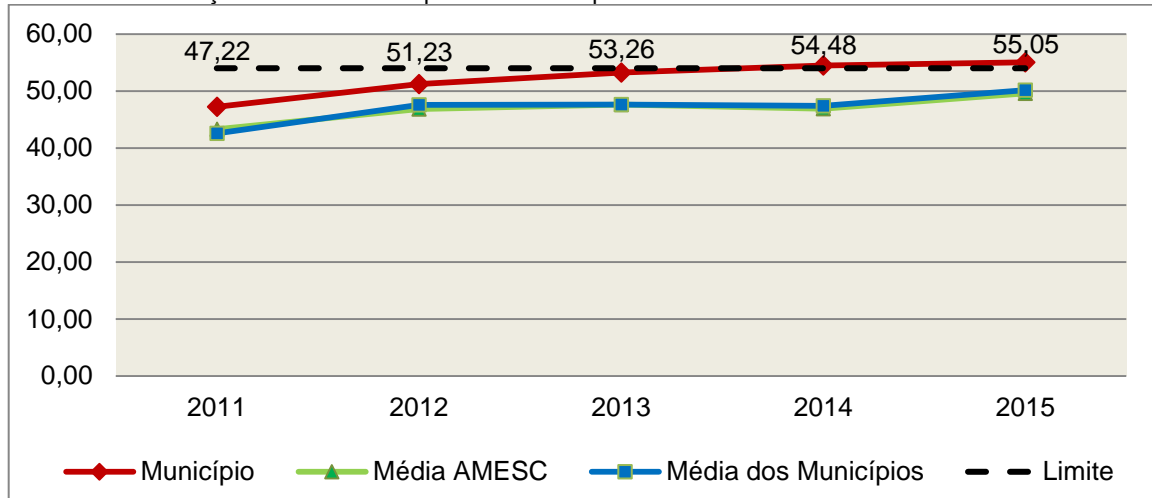
O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **55,05%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **DESCUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Ressalva-se que, embora o Poder Executivo tenha extrapolado o limite estabelecido no art. 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000, conforme estabelece o art. 66, os prazos definidos no Caput do art. 23 da L.C. nº 101/00 para a recondução ao limite serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto - PIB por período igual ou superior a quatro trimestres. A citada norma define baixo crescimento como o índice inferior a 1% (um por cento) apurado pela Taxa de Crescimento Real do PIB Acumulada nos Últimos Quatro Trimestres (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior -%), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. No caso em questão, verifica-se que o PIB nacional, do exercício de 2015, atingiu o percentual de -3,85%.

4 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2011 – 2015**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2015**

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>54.265.758,54</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.255.945,51	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.822.120,89	3,36
Pessoal e Encargos*	1.814.886,18	3,34
Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (fl. 197 dos autos)	7.234,71	0,01
<b>Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>7.234,71</b>	<b>0,01</b>
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>1.814.886,18</b>	<b>3,34</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	1.441.059,33	2,66

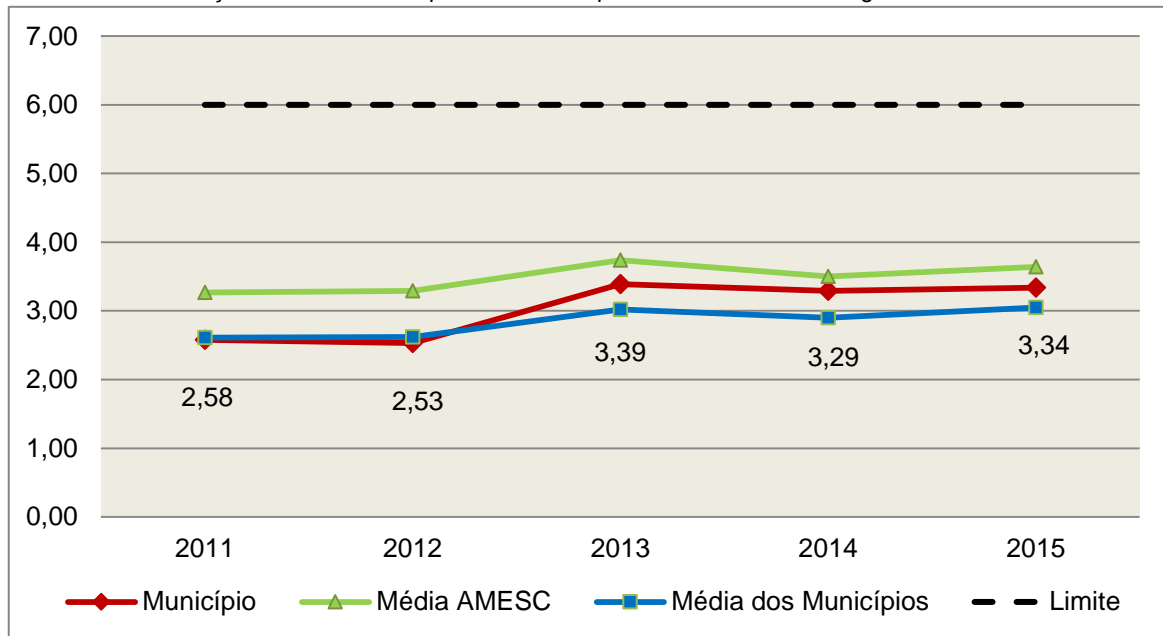
**Fonte:** Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,34%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2011 – 2015



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.4 Análise do retorno da Despesa de Pessoal do Poder Executivo (art. 20, III, "b", c/c artigos 23 c/c 66 da Lei Complementar nº 101/2000)

Sobre a situação da análise do Retorno da Despesa de Pessoal do Poder Executivo, importante ressaltar que, embora este Corpo Técnico tenha apurado, na fase de instrução do Processo de Prestação de Contas do Prefeito de Sombrio – Exercício de 2014 (PCP 15/00080230), um percentual de 54,48% na despesa com pessoal do Poder Executivo, com isso superando o limite máximo estabelecido de 54% (art. 20, inciso III, "b", da Lei Complementar nº 101/2000), tramita neste Tribunal de Contas a reapreciação do mencionado Processo, onde referido percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo considerado pelos técnicos deste Tribunal representa 53,03%, portanto, abaixo do limite máximo (54%), conforme pode-se observar a seguir no texto transcrito do Relatório Nº 844/2016 (PCP 15/00080230):

[...]

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>50.011.754,36</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.006.347,35	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	27.246.734,54	54,48
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	725.169,56	1,45
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>26.521.564,98</b>	<b>53,03</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	484.782,37	0,97

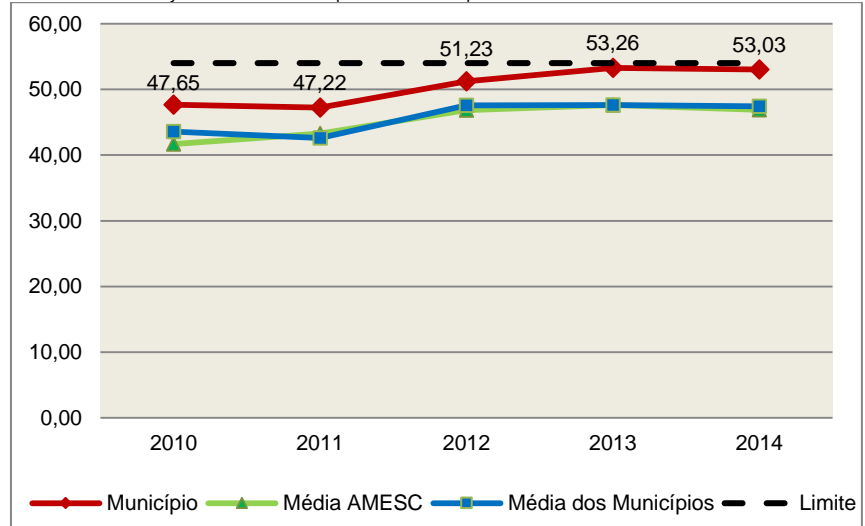
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **53,03%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

Diante de todo o acima exposto, entende esse Corpo Técnico que na presente situação não cabe a execução da “Análise do retorno da Despesa de Pessoal do Poder Executivo” em atendimento ao art. 20, III, “b”, c/c artigos 23 c/c 66 da Lei Complementar nº 101/2000.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

- a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.
- b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;
- d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;
- e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009; e
- f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

### 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Sombrio**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26



situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

- XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;
- XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;
- XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;
- XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;
- XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;
- XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;
- XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;
- XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;
- XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e
- XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Sombrio**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

### 6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Sombrio**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### 6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Sombrio**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

## 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Sombrio**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

## **6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)**

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Sombrio**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

O conteúdo das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

- I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;
- II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

- I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;
- II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;
- III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1 A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2 O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1 Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2 Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4 Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7 Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e  
 f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;  
 II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:  
 a) previsão;  
 b) lançamento, quando for o caso; e  
 c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Sombrio**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010**

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA (art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)</b>	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>



<b>RECEITA</b> (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Datas de acesso: 29/03/2016 e 10/11/2016 (fls. 212 e 308).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Despesas de Pessoal de competência do exercício em exame, no valor de **R\$ 78.473,33**, empenhadas no elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 c/c Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 04/05/2001 (fls. 193 e 195 e item 1.2.1.1).

8.1.2 Deficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 5.961.064,51**, representando **9,66%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superavit financeiro do exercício anterior - **R\$ 1.960.830,79**. Registra-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício em exame e Retenções a Pagar sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.270.878,25, em razão de recursos de convênios que não ingressaram em 2015 (itens 3.1 e 1.2.1.2).

8.1.3 Deficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 2.900.765,88**, resultante do deficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **4,70%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 61.708.688,31**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. Registra-se a existência de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e no exercício em exame e Retenções a Pagar sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.335.729,21, em razão de recursos de convênios que não ingressaram em 2015 (itens 4.2 e 1.2.1.3).

- 8.1.4 Despesas com pessoal do Poder Executivo no valor de **R\$ 29.872.327,52**, representando **55,05%** da Receita Corrente Líquida (**R\$ 54.265.758,54**), quando o percentual legal máximo de **54,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 29.303.509,61**, configurando, portanto, gasto a maior de **R\$ 568.817,91** ou **1,05%**, em descumprimento ao artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000, ressalvado o disposto no artigo 23 c/c o artigo 66 da citada Lei (itens 5.3.2 e 1.2.1.4).
- 8.1.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Quadro 20 e item 1.2.1.6).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015

**Quadro 21 – Síntese**

<b>1) Balanço Anual Consolidado</b>	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
<b>2) Resultado Orçamentário</b>	<b>Deficit parcialmente absorvido pelo superavit financeiro do exercício anterior</b> Registra-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício em exame e Retenções a Pagar sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.270.878,25, em razão de recursos de convênios que não ingressaram em 2015.	R\$ 5.961.064,51
<b>3) Resultado Financeiro</b>	<b>Deficit</b> Registra-se a existência de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e no exercício em exame e Retenções a Pagar sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.335.729,21, em razão de recursos de convênios que não ingressaram em 2015	R\$ 2.900.765,88
<b>4) LIMITES</b>	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>4.1) Saúde</b>	15,00%	25,55%
<b>4.2) Ensino</b>	25,00%	29,51%
<b>4.3) FUNDEB</b>	60,00%	84,99%
	95,00%	99,73%
<b>4.4) Despesas com pessoal</b>	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>a) Município</b>	60,00%	58,39%
<b>b) Poder Executivo</b>	54,00%	55,05%
<b>c) Poder Legislativo</b>	6,00%	3,34%
<b>4.5) L.C. N° 131/2009 e DEC. N° 7.185/2010</b>	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2015 do Município de Sombrio**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **8.1** deste Relatório, em vista da Reinstrução procedida entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 23/11/2016.

**DANIEL CARDOSO GONÇALVES**  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

**LUCIA HELENA GARCIA**  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo

Em 23/11/2016.

**SALETE OLIVEIRA**  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

**Moises Hoegenn**  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	4.415.551,71
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	29.672,66
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Consórcio de Saúde – fl. 214 dos autos)	23.650,00
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde não liquidadas e sem cobertura financeira	3.700,00
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>4.472.574,37</b>

### Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	264.584,20
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	46.700,99
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	4.700,07
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	4.375.138,63
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	318,90
Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira	46.004,71
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	227.744,28
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Administração (12.122, 12.123 e 12.128)	571.394,37
Valor referente a despesas consideradas na Administração ligada ao Ensino Básico (12.122, 12.123 e 12.128) em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	32.713,58
Resultado líquido das transferências do Fundeb	8.741.851,14
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	79.544,94
<b>Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional</b>	<b>14.390.695,81</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 92)	78.473,33
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94) – fls. 163/165	582.440,90
<b>Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>660.914,23</b>
Legislativo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94)	7.234,71
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>7.234,71</b>

\* Fonte Sistema e-Sfinge

### Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	13.894.522,17
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	79.544,94
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	235.732,13
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	198.211,13
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2015</b>	<b>13.936.546,11</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2015	301	82.548,82	82.548,82	82.548,82
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	301	3.735.503,34	3.735.503,34	3.621.433,25
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	304	19.751,42	19.751,42	17.712,92
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	305	185.741,74	185.741,74	177.803,54
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2015	301	369.671,66	369.671,66	296.530,56
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2015	305	7.997,55	7.997,55	3.500,00
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2015	301	14.337,18	14.337,18	14.337,18
<b>TOTAL</b>			<b>4.415.551,71</b>	<b>4.415.551,71</b>	<b>4.213.866,27</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Sombrio	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	304	150	18/02/2015	CAMPOS E ROCHA INFORMATICA E INFORMACAO LTDA - ME	3.000,00	3.000,00	2.768,03	REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E SUPORTE AO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARIA.
Fundo Municipal de Saúde de Sombrio	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1085	15/09/2015	LUCIANE ZANELATO HENRIQUE	49,08	49,08	49,08	REFERENTE A DIÁRIA PARA PARTICIPAR DO "SEMINÁRIO INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA", NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015, NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC.
Fundo Municipal de Saúde de Sombrio	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	800	20/07/2015	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS - DETER	723,58	723,58	723,58	REFERENTE A MULTA DE SISTEMA DE TRANSPORTE - DETER, PARA VEÍCULO MLQ 6930.
Fundo Municipal de Saúde de Sombrio	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	411	17/04/2015	JOSE TADEU DOS SANTOS	25.900,00	22.200,00	22.200,00	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA CONDIÇÃO DE ADVOGADO, PARA ASSESSORIA JURÍDICA NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015. CONTRATO: 22/2015.
<b>TOTAL</b>						<b>29.672,66</b>	<b>25.972,66</b>	<b>25.740,69</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2015	365	22.550,00	12.316,06	12.316,06
36 - Salário-Educação	2015	365	165.960,49	165.960,49	165.960,49
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	365	76.073,71	76.073,71	76.073,71
<b>TOTAIS</b>			<b>264.584,20</b>	<b>254.350,26</b>	<b>254.350,26</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Sombrio	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	83	19/01/2015	ABC SUPERMERCADO LTDA	620,50	620,50	620,50	REF. FORNECIMENTO DE 730 PÃES PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-CRECHE.
Prefeitura Municipal de Sombrio	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	342	04/02/2015	ABC SUPERMERCADO LTDA	663,00	663,00	663,00	REF. FORNECIMENTO DE PAES PARA MANUTENÇÃO CRECHES MUNICIPAIS.
Prefeitura Municipal de Sombrio	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	87	21/01/2015	ABC SUPERMERCADO LTDA	7.910,00	7.910,00	7.910,00	REF. FORNECIMENTO DE PAES PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-CRECHES.
Prefeitura Municipal de Sombrio	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	5472	30/12/2015	ESTAGIÁRIOS	37.507,49	37.507,49	0,00	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXÍLIO A ESTAGIÁRIOS E CONTRIBUIÇÃO AO CIEE, MES DE DEZEMBRO/2015.
<b>TOTAL</b>						<b>46.700,99</b>	<b>46.700,99</b>	<b>9.193,50</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2015	361	499.410,90	448.976,40	264.977,49
36 - Salário-Educação	2015	361	1.214.114,34	1.214.114,34	1.182.686,17
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	361	2.412.470,34	2.412.470,34	1.411.619,17
80 - Outras Especificações	2015	361	249.143,05	249.143,05	249.143,05
<b>TOTAL</b>			<b>4.375.138,63</b>	<b>4.324.704,13</b>	<b>3.108.425,88</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Sombrio	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4407	21/10/2015	KAROL CENTRO COPIAS LTDA	318,90	318,90	0,00	REFERENTE A SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO E CONFECCÃO DE CARIMBO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. (Compra Direta Nº 1772/2015)
<b>TOTAL</b>						<b>318,90</b>	<b>318,90</b>	<b>0,00</b>	



**Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - Administração (12.122, 12.123 e 12.128):**

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	376	09/02/2015	ESTAGIÁRIOS	36.196,67	36.196,67	36.196,67	REF. CONTRIBUIÇÃO DE BOLSA AUXÍLIO A ESTAGIARIOS DESTA PREFEITURA, CONFORME RELATORIO DE CONTROLE DE FREQUENCIA.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	723	04/03/2015	ESTAGIÁRIOS	40.724,98	40.724,98	40.724,98	REF. CONCESSÃO DE BOLSA AUXÍLIO A ESTAGIARIOS DESTA PREFEITURA, CONFORME RELATORIO DE CONTROLE DE FREQUENCIA.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	800	06/03/2015	ESTAGIÁRIOS	844,07	844,07	844,07	REF. CONCESSÃO DE BOLSA-AUXILIO A ESTAGIÁRIO - SR. PEDRO H. PEREIRA.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	1330	01/04/2015	ESTAGIÁRIOS	43.360,25	43.360,25	43.360,25	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXILIO A ESTAGIÁRIOS DESTA PREFEITURA. MES DE MARÇO.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	1375	07/04/2015	ESTAGIÁRIOS	960,41	960,41	960,41	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXILIO A ESTAGIARIO DA SEC. DE EDUCAÇÃO, MES DE MARÇO.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	1460	08/04/2015	ESTAGIÁRIOS	3.912,11	3.912,11	3.912,11	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXILIO A ESTAGIARIOS DA SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, MES DE MARÇO.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	1795	30/04/2015	ESTAGIÁRIOS	7.036,68	7.036,68	7.036,68	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXILIO A ESTAGIÁRIOS DESTA PREFEITURA. MES DE MARÇO. (COMPLEMENTAR).
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	1797	30/04/2015	ESTAGIÁRIOS	52.805,84	52.805,84	52.805,84	REF. PAGTO BOLSA-AUXILIO DE ESTAGIARIOS, MES DE ABRIL.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	2330	03/06/2015	ESTAGIÁRIOS	53.386,58	53.386,58	53.386,58	REF. CONTRIBUIÇÃO PARA PAGAMENTO DE BOLSA-AUXÍLIOS A ESTAGIÁRIOS DESTA PREFEITURA, MES DE MAIO.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	2763	02/07/2015	ESTAGIÁRIOS	52.173,56	52.173,56	52.173,56	REF. CONCESSÃO DE BOLSAS AUXILIO/CONTRIBUIÇÃO A ESTAGIARIOS DESTA PREFEITURA.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	3233	03/08/2015	ESTAGIÁRIOS	51.935,02	51.935,02	51.935,02	REF. CONCESSÃO DE BOLSAS AUXILIO/CONTRIBUIÇÃO A ESTAGIARIOS DESTA PREFEITURA, mês de julho.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	3776	03/09/2015	ESTAGIÁRIOS	47.519,54	47.519,54	47.519,54	REF. PAGTO DE BOLSA-AUXÍLIO E CONTRIBUIÇÃO AO CIEE/SC, MES DE AGOSTO.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	4214	08/10/2015	ESTAGIÁRIOS	59.866,00	59.866,00	59.866,00	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXILIO A ESTAGIARIOS E CONTRIBUIÇÃO AO CIEE, MES DE SETEMBRO.
Prefeitura	00 -	128	4614	29/10/2015	ESTAGIÁRIOS	56.949,86	56.949,86	56.949,86	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXILIO A ESTAGIARIOS E CONTRIBUIÇÃO AO CIEE,

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Municipal de Sombrio	Recursos Ordinários								MES DE OUTUBRO.
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	5244	15/12/2015	ESTAGIÁRIOS	55.609,93	55.609,93	55.609,93	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXÍLIO A ESTAGIARIOS E CONTRIBUIÇÃO AO CIEE, MES DE NOVEMBRO (REEMPENHO NE ANT. Nº 5086).
Prefeitura Municipal de Sombrio	00 - Recursos Ordinários	128	5471	30/12/2015	ESTAGIÁRIOS	8.112,87	8.112,87	0,00	REF. PAGAMENTO DE BOLSA-AUXÍLIO A ESTAGIÁRIOS E CONTRIBUIÇÃO AO CIEE, MES DE DEZEMBRO/2015.
<b>TOTAL</b>						<b>571.394,37</b>	<b>571.394,37</b>	<b>563.281,50</b>	

### Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERAVIT / DEFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	63.269,01	20.057,34	314.957,81	16.284,24		-288.030,38	0,00		-288.030,38	DEFICIT
01	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
02	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
03	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
06	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
07	231,76	0,00	142,50	0,00		89,26	0,00		89,26	SUPERAVIT
08	91.108,62	27,41	70.319,25	0,00		20.761,96	0,00		20.761,96	SUPERAVIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
10	53.156,49	35,29	7.874,47	0,00		45.246,73	0,00		45.246,73	SUPERAVIT
11	67.913,38	64,97	0,00	0,00		67.848,41	0,00		67.848,41	SUPERAVIT
12	23.181,09	0,00	0,00	0,00		23.181,09	0,00		23.181,09	SUPERAVIT
18	75.716,95	61.480,95	14.236,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT

19	160.015,18	0,00	122.494,18	0,00		37.521,00	0,00		37.521,00	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
32	90.842,99	5.317,40	183.998,91	60.668,44		-159.141,76	0,00		-159.141,76	DEFICIT
33	30.905,82	0,00	0,00	0,00		30.905,82	0,00		30.905,82	SUPERAVIT
34	983.962,74	14.829,51	732.700,55	160.943,23		75.489,45	0,00		75.489,45	SUPERAVIT
35	43.103,36	3.999,08	13.523,63	850,00		24.730,65	0,00		24.730,65	SUPERAVIT
36	34.608,48	1.585,28	31.872,17	0,00		1.151,03	0,00		1.151,03	SUPERAVIT
37	78.245,38	30.339,45	1.073.524,07	0,00		-1.025.618,14	0,00		-1.025.618,14	DEFICIT
38	529.742,22	5.117,89	124.046,79	0,00		400.577,54	0,00		400.577,54	SUPERAVIT
39	4.788,85	0,00	4.661,37	0,00		127,48	0,00		127,48	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
62	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
64	34.165,11	0,00	0,00	0,00		34.165,11	0,00		34.165,11	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
67	147.417,26	397,61	77.638,65	0,00		69.381,00	0,00		69.381,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
80	158.701,00	45,37	7.558,55	0,00		151.097,08	0,00		151.097,08	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT

86	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
88	36.000,00	0,00	0,00	0,00		36.000,00	0,00		36.000,00	SUPERAVIT
89	659.630,36	0,00	51.987,64	233.161,92		374.480,80	0,00		374.480,80	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
<b>T.</b>	<b>3.366.706,05</b>	<b>143.297,55</b>	<b>2.831.536,54</b>	<b>471.907,83</b>	<b>0,00</b>	<b>-80.035,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-80.035,87</b>	

B RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERAVIT / DEFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	419.911,77	181.311,96	1.204.763,46	273.772,49		-1.239.936,14	DEFICIT
1	0,00	253.270,76	479.528,60	46.004,71		-778.804,07	DEFICIT
2	54.649,05	174.838,14	672.700,71	9.100,00		-801.989,80	DEFICIT
<b>T.</b>	<b>474.560,82</b>	<b>609.420,86</b>	<b>2.356.992,77</b>	<b>328.877,20</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.820.730,01</b>	